

Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis

Adoptada na reunião informal dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial, em 24 e 25 de Maio de 2007, em Leipzig

PREÂMBULO

A "Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis" é um documento dos Estados-Membros, cuja elaboração contou com uma ampla e transparente participação das partes interessadas europeias. Cientes dos desafios e das oportunidades com que se deparam as cidades europeias e da diversidade dos seus antecedentes históricos, económicos, sociais e ambientais, os Ministros dos Estados-Membros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano chegaram a acordo sobre princípios e estratégias comuns em matéria de política de desenvolvimento urbano. Os Ministros comprometem-se a

- lançar nos respectivos Estados um debate político sobre o modo de integrar os princípios e as estratégias da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais,
- recorrer ao instrumento de desenvolvimento urbano integrado e às respectivas estruturas de governação para a sua aplicação, criando, para o efeito, as condições gerais necessárias a nível nacional, e
- promover uma organização territorial equilibrada baseada numa estrutura urbana policêntrica europeia.

Os Ministros agradecem à Presidência alemã a preparação do relatório "O desenvolvimento urbano integrado – condição indispensável para o êxito da sustentabilidade urbana" e os estudos "Estratégias para valorizar o ambiente físico em zonas urbanas carenciadas", "Reforçar a economia local e o emprego em zonas urbanas carenciadas", "Políticas activas de educação e de formação de crianças e jovens em zonas urbanas carenciadas" e "Transportes urbanos sustentáveis e zonas urbanas desfavorecidas", que incluem, todos eles, exemplos de boas práticas na Europa. Estes estudos ajudarão as cidades, seja qual for a sua dimensão, a pôr em prática os princípios e as estratégias constantes da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis.

Os Ministros declaram:

Nós, os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano dos Estados-Membros da União Europeia, consideramos que as cidades europeias que, independentemente da sua dimensão, tenham evoluído ao longo dos tempos constituem um património económico, social e cultural inestimável e insubstituível.

Apoiamos firmemente a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, que assenta no Programa de Acção de Lille, no Acervo Urbano de Roterdão e no Acordo de Bristol, a fim de proteger, reforçar e desenvolver mais as nossas cidades. Neste contexto, deverão ser tomadas em consideração simultaneamente e em pé de igualdade todas as vertentes do desenvolvimento sustentável, nomeadamente a prosperidade económica, o equilíbrio social e um ambiente saudável. Devem merecer igualmente atenção os aspectos relacionados com a cultura e com a saúde, bem como a capacidade institucional dos Estados-Membros.

Entendemos que as nossas cidades têm qualidades culturais e arquitectónicas únicas, uma forte capacidade de inclusão social e excelentes oportunidades de desenvolvimento económico. São centros de conhecimento e fontes de crescimento e inovação. Mas, ao mesmo tempo, debatem-se com problemas demográficos, desigualdade social, exclusão social de grupos populacionais específicos, falta de alojamento adequado a preços acessíveis e problemas ambientais. A longo prazo, as cidades não poderão desempenhar a sua função de motor de progresso social e crescimento económico descrita na Estratégia de Lisboa se não conseguirmos manter o equilíbrio social no interior de cada uma e entre elas, preservando a diversidade cultural e fixando elevados padrões de qualidade para o planeamento urbanístico, a arquitectura e o ambiente.

Necessitamos cada vez mais de estratégias globais e da acção concertada de todas as pessoas e instituições que participam no processo de desenvolvimento urbano, mesmo para além dos limites da cidade. Todas as esferas de governação – local, regional, nacional e europeia – têm a sua quota-parte de responsabilidade no futuro das nossas cidades. Para que esta governação a vários níveis seja verdadeiramente eficaz há que melhorar a coordenação entre as várias políticas sectoriais e insuflar um novo sentido de responsabilidade na política de desenvolvimento urbano integrado. Devemos também assegurar que os responsáveis pela aplicação destas políticas a todos os níveis adquiram as competências e os conhecimentos necessários para que as cidades se desenvolvam como comunidades sustentáveis.

Congratulamo-nos com as afirmações e as recomendações enunciadas na Agenda Territorial da União Europeia e com o trabalho desenvolvido pelas instituições europeias para promover uma visão integrada das questões urbanas. Reconhecemos o valioso contributo dos compromissos de Aalborg para uma acção estratégica e coordenada a nível local, bem como as conclusões do Fórum Europeu das Políticas Arquitectónicas de 27 de Abril de 2007 sobre a cultura da construção e tomamos nota da Carta Europeia "Rede de cidades vivas".

Recomendamos:

I. Maior recurso a abordagens de política de desenvolvimento urbano integrado

Por política de desenvolvimento urbano integrado entendemos ter devida e simultaneamente em consideração as preocupações e os interesses relevantes para o desenvolvimento urbano. É um processo em que se coordenam as vertentes espacial, sectorial e temporal de áreas fundamentais da política urbana. É essencial o envolvimento dos agentes económicos, das partes interessadas e do

público em geral. A política de desenvolvimento urbano integrado é condição prévia fundamental para pôr em prática a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE. Aplicá-la é tarefa à escala europeia, que deverá, porém, ter em conta as condições e as necessidades locais, bem como o princípio de subsidiariedade.

A conciliação dos vários interesses, facilitada por uma política de desenvolvimento urbano integrado, constitui uma base viável para um consenso entre Estado, regiões, cidades, cidadãos e agentes económicos. Conjugando conhecimentos e recursos financeiros é possível utilizar mais eficazmente os escassos fundos públicos e coordenar melhor os investimentos públicos e privados. A política de desenvolvimento urbano integrado envolve actores externos à administração e permite aos cidadãos participarem activamente na definição do seu espaço imediato de vida. Estas medidas podem, ao mesmo tempo, propiciar maior segurança de planeamento e investimento.

Recomendamos às cidades europeias a elaboração de programas de desenvolvimento urbano integrado para as cidades no seu conjunto. Estes instrumentos de planeamento centrados na aplicação das medidas previstas deverão

- identificar os pontos fortes e fracos dos aglomerados urbanos partindo da análise da situação actual,
- definir objectivos de desenvolvimento concretos para a zona urbana e desenvolver uma visão para a cidade,
- coordenar os diferentes planos e políticas territoriais, sectoriais e técnicos e velar por que os investimentos programados contribuam para promover um desenvolvimento equilibrado do espaço urbano,
- coordenar e concentrar localmente a utilização de fundos pelo sector público e privado, e
- ser coordenados a nível local e de área metropolitana e associar os cidadãos e outros parceiros que possam contribuir substancialmente para determinar a futura qualidade económica, social, cultural e ambiental de cada zona.

Deve ser reforçada a coordenação a nível local e de área metropolitana. O objectivo é estabelecer nas áreas urbanas e metropolitanas uma parceria equitativa entre zonas urbanas e rurais e entre cidades pequenas, médias e grandes. As questões e as decisões em matéria de desenvolvimento urbano devem deixar de ser tratadas isoladamente. As nossas cidades deverão ser os pilares do desenvolvimento das áreas metropolitanas, cabendo-lhes também responsabilidades em matéria de coesão territorial. Será útil, pois, que a cooperação em rede entre elas seja intensificada à escala europeia.

A política de desenvolvimento urbano integrado oferece um conjunto de instrumentos que já provaram ser eficazes no desenvolvimento de estruturas de governação modernas, cooperativas e eficientes em muitas cidades europeias. Estas estruturas são indispensáveis para melhorar a

competitividade das cidades europeias e permitem coordenar antecipadamente a evolução do alojamento, da economia, das infra-estruturas e dos serviços, tendo em conta, entre outros, o impacto das actuais tendências de envelhecimento e migração e as condições no sector energético.

No âmbito da política de desenvolvimento urbano integrado consideramos que as seguintes estratégias de acção se revestem de particular importância para o reforço da competitividade das cidades europeias:

Criação e preservação de espaços públicos de qualidade

Os espaços públicos, as paisagens culturais urbanas, a arquitectura e o urbanismo têm um papel determinante nas condições de vida das populações urbanas. Enquanto factores de implantação indirectos, são importantes para atrair as indústrias do conhecimento, a mão-de-obra qualificada e criativa e o turismo. Deve ser, por isso, incrementada a interacção entre a arquitectura, o planeamento das infra-estruturas e o ordenamento urbano de modo a criar espaços públicos atraentes, construídos em função das necessidades dos seus utilizadores e um ambiente de vida de nível elevado, uma cultura arquitectural ("Baukultur"). A "Baukultur" deve ser entendida na acepção mais ampla do termo, como a soma de todos os aspectos culturais, económicos, tecnológicos, sociais e ecológicos que influenciam a qualidade e o processo de planeamento e construção. Contudo, esta abordagem não se deverá restringir aos espaços públicos. Uma cultura arquitectural deste tipo é necessária à cidade no seu conjunto e arredores. As cidades e o Estado devem fazer sentir a sua influência, especialmente no tocante à preservação do património arquitectural. Há que preservar os edifícios históricos, os espaços públicos e o valor urbanístico e arquitectural que eles representam.

A criação e preservação de espaços, equipamentos e serviços urbanos funcionais e bem concebidos é uma tarefa que deve ser arrostada conjuntamente pelas autoridades nacionais, regionais e locais, mas também pelos cidadãos e pelas empresas.

Modernização das redes de infra-estruturas e melhoria da eficiência energética

Um sistema de transportes urbanos sustentáveis, acessíveis e a preços razoáveis com ligações coordenadas às redes de transportes metropolitanos pode contribuir de modo decisivo para melhorar as condições de vida, bem como a qualidade do local de implantação e do ambiente. Deve ser prestada especial atenção à gestão do tráfego e à interconexão dos modos de transporte, incluindo infra-estruturas para ciclistas e peões. Os transportes urbanos devem ajustar-se às diferentes exigências no que diz respeito a habitação, trabalho, espaços públicos e ambiente.

As infra-estruturas técnicas para o fornecimento de água, o tratamento de águas residuais e outras redes de aprovisionamento, em particular, devem ser melhoradas atempadamente e adaptadas às novas condições de modo a poderem responder às futuras exigências de uma vida urbana de qualidade.

A eficiência energética, a utilização racional dos recursos naturais e a eficácia económica dos serviços de utilidade pública são pressupostos fundamentais para a sua sustentabilidade. Há que melhorar a eficiência energética dos edifícios, tanto dos novos como dos já existentes. A renovação do parque imobiliário pode reflectir-se significativamente na eficiência energética e na melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Neste contexto, importa ter em especial atenção os edifícios prefabricados, antigos e em estado de degradação. Redes de infra-estruturas rentáveis e optimizadas e edifícios com elevada eficiência energética permitirão reduzir os custos tanto das empresas como dos habitantes.

O habitat agrupado constitui uma base importante para uma utilização eficiente e sustentável dos recursos, que pode ser atingida recorrendo a um ordenamento urbano e regional que impeça a dispersão urbana através de um controlo apertado da oferta de terrenos e da especulação. A estratégia de criar bairros urbanos mistos com espaços para habitação, actividades profissionais e educativas, serviços e actividades de lazer revelou-se particularmente pertinente.

A utilização de sofisticadas tecnologias de informação e comunicação nos domínios da educação, do emprego, dos serviços sociais, da saúde e da segurança, bem como de meios para melhorar a gestão urbana deverá permitir às cidades contribuírem para preservar e melhorar a qualidade de vida de quem nela habita e a sua atractividade para as empresas.

As nossas cidades deverão também ser capazes de se adaptar para fazer face à ameaça que representam as alterações climáticas. Um desenvolvimento urbano bem concebido e planificado pode constituir um meio de permitir o crescimento sem grande poluição, melhorar a qualidade ambiental e reduzir as emissões de carbono. As cidades poderão atingir este objectivo através de medidas de prevenção, atenuação e adaptação inovadoras, que, por seu turno, contribuirão para o desenvolvimento de novas indústrias e empresas com baixas emissões de carbono.

Políticas activas em matéria de inovação e educação

As cidades são locais de criação e difusão do conhecimento. O pleno aproveitamento do potencial de conhecimento de uma cidade depende da qualidade da educação escolar e pré-escolar, da permeabilidade dos sistemas de educação e de formação, das redes sociais e culturais, das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, da excelência das universidades e dos centros de investigação não universitários, bem como das redes de intercâmbio entre a indústria, o meio empresarial e a comunidade científica.

A política de desenvolvimento urbano integrado pode contribuir para melhorar estes factores, reunindo as partes interessadas, apoiando as redes e optimizando as estruturas de implantação. O desenvolvimento urbano integrado promove o diálogo social e intercultural.

As estratégias de desenvolvimento urbano integrado, uma gestão cooperativa de desenvolvimento urbano e uma boa governação podem contribuir para uma utilização específica das potencialidades das cidades europeias, tendo em vista, em particular, a competitividade e o crescimento, bem como a

redução das disparidades nas aglomerações e entre elas. Dão ao cidadão a oportunidade de uma participação social e democrática.

II. Atenção particular aos bairros carenciados no contexto da cidade

As cidades deparam-se com desafios importantes associados principalmente às mutações nas estruturas económicas e sociais e à globalização. Entre os problemas específicos deve referir-se a alta taxa de desemprego e a exclusão social. Numa cidade pode haver diferenças consideráveis entre as várias zonas no tocante a oportunidades económicas e sociais, mas também em relação à qualidade do ambiente. Além disso, em muitos casos, continuam a agravar-se as desigualdades sociais e as disparidades de desenvolvimento económico, o que contribui para a destabilização das cidades. Uma política de integração social que combata as desigualdades e a exclusão social é o melhor meio de garantir a segurança nas nossas cidades.

Uma política de habitação social bem concebida pode constituir um meio eficaz para alcançar os objectivos de coesão social e integração nas cidades e nas zonas urbanas. Habitações salubres, condignas e a preços acessíveis podem tornar estes bairros mais atractivos tanto para jovens como para pessoas idosas e contribuir, assim, para a sua estabilidade.

É necessário estar atento aos sinais de alerta que indiciam um processo de degradação de alguns bairros e tomar atempadamente as medidas que se impõem, evitando, desse modo, desperdiçar recursos, pois os custos e as dificuldades para inverter essa tendência serão certamente muito maiores. O Estado deve oferecer perspectivas e incentivos aos residentes nas zonas afectadas. Para encontrar a melhor solução para cada zona urbana desfavorecida é indispensável a participação activa dos residentes e a intensificação do diálogo entre representantes políticos, residentes e actores económicos.

Nesta perspectiva, consideramos que as seguintes estratégias de acção enquadradas numa política de desenvolvimento urbano integrado se revestem de particular importância para os bairros urbanos carenciados:

Prosseguir estratégias para melhorar o ambiente físico

Há uma correlação estreita entre, por um lado, actividades económicas e investimentos e, por outro, estruturas urbanas de qualidade, áreas correctamente edificadas e infra-estruturas e equipamentos modernos e eficientes. Por isso, é necessário melhorar o parque imobiliário dos bairros degradados no que toca à concepção, condições de conservação e eficiência energética. A melhoria da qualidade da habitação tanto nas construções novas como nos grandes edifícios prefabricados, antigos e em estado de degradação oferecem enormes potencialidades de aumentar a eficiência energética na UE e, assim, combater as alterações climáticas.

A fim de aumentar a sua sustentabilidade, os investimentos feitos na melhoria do ambiente físico devem enquadrar-se numa estratégia de desenvolvimento a longo prazo que inclua também investimentos públicos e privados.

Reforçar a economia local e a política local de mercado de trabalho

As medidas destinadas a garantir a estabilização económica dos bairros carenciados devem também valer-se das forças económicas endógenas dessas zonas. Uma política de mercado de trabalho e uma política económica talhadas à medida das necessidades de cada um dos bairros são os instrumentos adequados para o efeito. O objectivo é criar e garantir empregos e facilitar o arranque de novas empresas. Em particular, devem ser melhoradas as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho local através da oferta de formação orientada para a procura. É imperioso também explorar cada vez mais as oportunidades de emprego e de formação oferecidas pelas economias étnicas.

A União Europeia, os Estados-Membros e as cidades devem criar melhores condições e instrumentos para reforçar a economia local e, conseqüentemente, os mercados de trabalho locais, promovendo a economia social e prestando serviços próximos do cidadão.

Adoptar políticas activas em matéria de educação e de formação de crianças e jovens

A melhoria do ensino e da formação a nível local em conjugação com políticas activas orientadas para as crianças e os jovens é um ponto de partida fundamental para melhorar a situação nos bairros carenciados.

Devem ser dadas mais e melhores possibilidades de educação e formação em função das necessidades e carências das crianças e dos jovens que vivem nesses bairros. Adoptando uma política dirigida às crianças e aos jovens que tenha em conta o meio social que os rodeia estaremos a contribuir para melhorar a participação das crianças e dos jovens que vivem em bairros carenciados e a dar-lhes possibilidade de concretizarem as suas ambições, garantindo-lhes a igualdade de oportunidades a longo prazo.

Promover transportes urbanos eficientes e a preços razoáveis

Muitos dos bairros carenciados são também penalizados devido às más ligações de transporte e às condições ambientais degradadas, que reduzem ainda mais a sua atractividade. O desenvolvimento de um sistema de transporte público de qualidade e a preços comportáveis fará com que os residentes nestas zonas tenham as mesmas oportunidades de mobilidade e acessibilidade dos outros cidadãos, o que lhes é lícito esperar.

Para atingir esse objectivo, a planificação dos transportes e a gestão do tráfego nestas zonas devem procurar cada vez mais reduzir o impacto negativo dos transportes no ambiente e organizar o transporte de forma a integrar melhor estes bairros na cidade e na área metropolitana em geral, o que implica também redes de vias pedonais e cicláveis.

Quanto mais estabilizarmos a situação económica dos bairros carenciados, realizarmos a sua integração social e melhorarmos o meio físico e as infra-estruturas de transporte, maiores serão as hipóteses de as nossas cidades continuarem a ser a longo prazo locais de progresso social, crescimento e inovação.

Realçamos:

A política de desenvolvimento urbano deverá ser adoptada a nível nacional, ao passo que os estímulos para soluções inovadoras deverão ser criados não só a nível nacional mas também a outros níveis.

As nossas cidades necessitam de margem de manobra suficiente para realizarem as tarefas locais de maneira responsável e de uma base financeira sólida que confira estabilidade a longo prazo. É, por isso, importante que os Estados-Membros possam utilizar também os fundos estruturais europeus em grandes programas de desenvolvimento urbano integrado. A utilização destes fundos deverá concentrar-se fundamentalmente nas dificuldades e possibilidades específicas, tendo, no entanto, em consideração as oportunidades, os problemas e as especificidades existentes nos Estados-Membros. As autoridades locais deverão, se é que o não fizeram já, desenvolver as capacidades e competências necessárias para pôr em prática políticas de desenvolvimento urbano integrado, tendo em vista garantir a qualidade e a sustentabilidade global do ambiente urbano.

As novas iniciativas comunitárias Jessica e Jeremie, que apoiam a criação de fundos de desenvolvimento urbano e de fundos para as PME e utilizam instrumentos de engenharia financeira para mobilizar capitais privados a fim de executar estratégias de desenvolvimento urbano integrado, oferecem oportunidades promissoras de aumentar a eficácia das fontes de financiamento nacionais e europeias tradicionais.

A nível nacional, todos os ministérios deverão reconhecer mais claramente a importância das cidades na concretização das ambições nacionais, regionais e locais e o impacto que as suas políticas nelas exercem. Os esforços envidados pelos diferentes ministérios com competência ou influência nas questões urbanas deverão ser melhor coordenados e integrados, complementando-se em vez de concorrerem entre si.

Sublinhamos a importância de uma troca sistemática e estruturada de experiências e de conhecimentos no domínio do desenvolvimento urbano sustentável. Solicitamos à Comissão Europeia que numa futura conferência organizada no âmbito da iniciativa "As regiões e a mudança económica", apresente o resultado do intercâmbio das boas práticas com base nas orientações da Carta de Leipzig. Paralelamente, necessitamos de uma plataforma europeia para reunir e desenvolver boas práticas, estatísticas, estudos de aferição de desempenhos (*benchmarking*), avaliações, análises pelos pares (*peer reviews*) e outras investigações em matéria urbana, a fim de apoiar os actores interessados no desenvolvimento urbano em todos os níveis e sectores. Continuaremos a promover e a intensificar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre responsáveis políticos, profissionais e investigadores a nível local, regional, nacional e europeu de modo a reforçar a dimensão urbana da

Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, da Estratégia de Lisboa e da Estratégia Europeia de Emprego.

A Europa precisa de cidades e de regiões fortes e onde seja bom viver.
